

1 Aos quatorze (14) dias do mês de junho de 2022, às dezoito horas e trinta e três minutos
2 (18h33min), instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e
3 de Valorização dos Profissionais da Educação no município de Belo Horizonte – FUN-
4 DEB/BH, com a seguinte pauta: **1)** Leitura e aprovação das atas das reuniões ordinária e
5 extraordinárias anteriores; **2)** Informes; **3)** Publicidade do processo de aprovação das presta-
6 ções de contas no SIGECON; **4)** Publicidade das reuniões técnicas, em caráter extraor-
7 dinário, referentes às prestações de contas bimestrais de 2022; **5)** Eleição do Segmento
8 Estudantes das Unidades Municipais de Educação – convite para a participação da sessão
9 plenária extraordinária (14/6 às 19h35min); **6)** Comentários referentes ao ofício endereçado
10 ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte versando sobre o plano de carreira da área de
11 atividades de Educação, instituído pela Lei nº 7.235, de 27 de dezembro de 1996; **7)** Dis-
12 cussão sobre a manutenção das reuniões em ambiente virtual devido ao recrudescimento
13 da Pandemia de COVID-19 no município. A reunião contou com a presença dos seguintes
14 conselheiros: Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes, Cristina Vieira Guimarães, Geisi-
15 ele Silva, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Marcelino Cástulo
16 Martins, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Maria Cristina Silva, Maria Helena Schmitz de
17 Castro e Milton de Souza Júnior. Justificaram suas ausências: Alessandra Mariza Gomes
18 Guimarães, Elizabeth Raidan e Wagner Alves Pereira. Contou-se, ainda, com a presença
19 de Vanessa Márcia da Cunha, como servidora de apoio ao CACCS FUNDEB/BH. O Presi-
20 dente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a assembleia saudando a todos e agrade-
21 cendo o comprometimento dos conselheiros no que tange o horário marcado de início da
22 plenária para o vencimento da pauta no tempo previsto, considerando a programação sub-
23 sequente – assembleia extraordinária. Após, passou-se para o primeiro ponto da pauta e o
24 presidente perguntou se havia alguma alteração a ser feita nas atas das reuniões anteriores
25 – ordinária (10/5) e extraordinárias (10, 24 e 30/5). Não havendo alterações a fazer, uma a
26 uma, as atas foram aprovadas através de chamada verbal. Logo depois, o presidente divul-
27 gou os atos administrativos realizados no mês de maio, a saber: 1) O ofício nº 14/2022
28 endereçado à Secretaria Municipal de Educação (SMED) em que foram solicitados dados,
29 devidamente discriminados, de servidores em atividade detentores dos cargos de professor
30 municipal, professor para a educação infantil, pedagogo, auxiliar de escola e assistente
31 administrativo educacional relativos ao seu quantitativo com titulação de mestrado, com
32 titulação de doutorado, por sexo/gênero. Essas informações foram inseridas no ofício nº
33 18/2022 que foi enviado ao gabinete do prefeito. 2) Foi publicado no Diário Oficial do Muni-
34 cípio o Edital SMED Nº 001/2022 referente à contratação para o desenvolvimento de servi-
35 ços educacionais de reforço escolar para os estudantes da rede municipal e houve uma
36 preocupação quanto a natureza da receita utilizada nesse processo. Assim, foram elabora-
37 das perguntas sobre o assunto no ofício nº 15/2022, encaminhado à SMED. Em resposta,
38 o ofício nº 0460/2022 comunicou que os recursos do FUNDEB não serão usados para tal.
39 3) O ofício nº 16/2022 enviado à SMED requerendo especial atenção do gabinete quanto
40 as questões técnicas da reunião extraordinária do dia 24/5 e, por consequência, do dia 30/5.
41 No corpo do e-mail solicitou-se a presença e o auxílio técnico da equipe da Diretoria de
42 Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF). A resposta foi positiva contando-se com a
43 ilustre presença do próprio Diretor da DPOF, Alex Sandro da Silva Gomes, na sessão do
44 dia 30/5. O referido diretor esclareceu todas as dúvidas do presidente que avaliou não se
45 encontrar em condições técnicas para elaborar os pareceres que validam as prestações de
46 contas. Já em 24/5, a validação foi realizada pelo presidente no sítio eletrônico do Fundo
47 Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) logo após a reunião com a equipe da
48

49 SMED, trabalho esse considerado por ele coletivo e proveitoso. Segundo o presidente, as
50 reuniões extraordinárias aconteceram no sentido de se tentar construir um processo de
51 validação coletiva no qual todos os participantes teriam as informações disponíveis para
52 suscitar as dúvidas e obter os esclarecimentos necessários. O presidente contou que o
53 Diretor Alex Sandro da Silva Gomes forneceu vasto material de desdobramento das recei-
54 tas e das despesas do município levando-se à compreensão a natureza de cada receita e
55 de cada despesa, ou seja, foram qualificados os valores apresentados em simples demons-
56 trativos no *site* do FNDE. Ele disse considerar esta maneira a forma ideal para a realização
57 de toda prestação de contas levando-se em conta que o presidente do CACS, solitário, tem
58 a responsabilidade de validar as contas prestadas no FNDE. Ele revelou que sentia uma
59 grande intranquilidade em realizar este trabalho sem a qualificação dos valores, julgando
60 as reuniões produtivas e entendendo que tais procedimentos trazem segurança jurídica.
61 Em razão disso, ele comunicou que este método será renovado até o final deste mandato,
62 podendo-se, inclusive, ser utilizado no próximo mandato de 4 anos. Ele informou, também,
63 que todos os ofícios encontram-se no *Drive* e podem ser visualizados a qualquer tempo
64 pelos conselheiros. Quanto ao terceiro item da pauta, o presidente relatou que existem pro-
65 gramas criados pelo governo federal para subsidiar a criação de novos estabelecimentos
66 de Educação Infantil e o transporte de alunos das áreas rurais – Programa Nacional de
67 Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Sobre a prestação de contas do PNATE, ele
68 explicou que o Município de Belo Horizonte não possui área rural e as verbas estão sendo
69 remetidas ao município ano a ano, automaticamente. Contou que foi discutido na reunião
70 que a origem do problema já foi localizada, isto é, parece que foram lançados alunos da
71 rede municipal de forma errônea e isso está gerando um transtorno; pois, anualmente, tem-
72 se que fazer um parecer com questões que não correspondem à realidade. Caso o parecer
73 não seja feito, pode-se gerar um problema jurídico para o município. Ele expôs, ainda, que
74 houve um problema no sistema que gerou 5 recibos simultâneos no ano de 2021 e, por
75 isso, até o presente momento não foi possível fazer o parecer desse ano; que permanece
76 aberto. Após o envio de e-mail questionando o FNDE obteve-se uma resposta confirmando-
77 se o problema sistêmico e um prazo de 45 dias para a conclusão do parecer. Ele anunciou
78 que tem expectativa de resolver este problema na fonte, definitivamente, ainda em 2022 e
79 que também enviará um ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU), caso seja necessário.
80 O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins tomou a palavra e fez as seguintes considera-
81 ções: A) A necessidade de se prestar contas ao PNATE é pelo fato de que o recurso é
82 transferido de maneira indevida ao município, ocorrência essa em função de algum equí-
83 voco. B) A verba é devolvida anualmente mas a prestação de contas deve ser feita. C) O
84 saldo que está em conta é restituído mas acarreta um trabalho enorme fazer esta gestão
85 (carga horária e pessoas envolvidas para a solução do problema). D) O Presidente Marcus
86 Vinícius Lindenberg Fróes está tomando as providências em nome do CACS e encaminha-
87 mentos também estão sendo feitos em nome da SMED. E) Foi esclarecido na sessão ex-
88 traordinária que 13 estudantes computados da rede estadual geraram este problema. F)
89 Entrou-se em contato com a Diretoria de Autorização e Organização Escolar (DAOR) que
90 contactou a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) para as tratativas
91 que envolvem o Censo Escolar e identificaram o lançamento como estudantes de Belo Ho-
92 rizonte e, por isso, o recurso é destinado para o município. G) Os contatos do coordenador
93 deste trabalho na SEE/MG foram recebidos e esta demanda será oficializada para buscar
94 a solução do problema – o fim do recebimento destes recursos. Logo após, o presidente
95 agradeceu o compartilhamento destas informações e disse que requisitará o envio desses
96 informes assim que finalizarem estas diligências para o encaminhamento a quem for de
97 direito – TCU – para dar maior celeridade e resolver a questão de forma decisiva. Ato con-
98 tínuo, o Conselheiro Marcelino Cástulo Martins disse que acontecerão duas frentes de
99 ação, sobretudo diante da independência do conselho: SMED e CACS atuando junto a es-
100 tes órgãos, administrativamente, com o intuito de resolver a demanda com maior rapidez.

101 Após, o presidente comunicou que enviou um ofício à Procuradoria-Geral do Município de-
102 mandando o suporte jurídico para a causa e revelou que as suas expectativas quanto ao
103 sucesso aumentam quando os esforços são somados. Quanto à divulgação das reuniões
104 de 24 e 30/5 ele considerou já ter relatado o sucedido de forma resumida e se disponibilizou
105 a responder as possíveis dúvidas. Não havendo dúvidas, ele passaria ao próximo ponto da
106 pauta. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins perguntou se o material apresentado pela
107 DPOF encontrava-se disponível no *Drive*. Disse, também, ser interessante tomar ciência
108 dele, sugerindo aos conselheiros a sua visualização. Após a resposta positiva quanto ao
109 questionamento, o presidente reiterou a importância e a qualidade do material fornecido e
110 fez um agradecimento ao Diretor Alex Sandro da Silva Gomes pela elaboração de toda a
111 documentação apresentada na sessão extraordinária em curto prazo manifestando a sua
112 admiração pela sua competência à frente da diretoria. Posto isso, e, levando-se em conta
113 a excelência do material, ele sugeriu como ponto de pauta da próxima reunião usá-lo para
114 uma formação considerando ter-se um caso concreto para uma aprendizagem mais direci-
115 onada. Enunciou, também, que convidará o diretor supramencionado para participar desta
116 formação. Sem demora, ele convidou os presentes para a eleição dos estudantes em as-
117 sembleia prevista para as dezenove horas e trinta e cinco minutos (19h35min) mencionando
118 que foram enviados e-mails para mais de 90 escolas do Município de Belo Horizonte. O *link*
119 da sala foi divulgado no *chat*. Posteriormente, e referindo-se ao sexto ponto da pauta, o
120 presidente disse que o Ofício 18 CACS/GAB-PBH é fruto do trabalho coletivo em razão de
121 sua permanência e disponibilidade por várias semanas no *Drive* do CACS para oportunizar
122 a contribuição dos conselheiros. Ele recordou que o ofício tem como objeto o plano de
123 carreira dos cargos da educação municipal e, com embasamento legal, demonstra a ne-
124 cessidade da criação de mais três (3) níveis para cada cargo devido a impossibilidade dos
125 professores alcançarem o último nível do cargo após 25 e 30 anos de trabalho (mulheres e
126 homens, respectivamente), em perfeitas condições de saúde, sendo aprovados em todas
127 as avaliações desempenho e fazendo-se todas as pós-graduações. Assim, foi enviada a
128 sugestão para sanar este problema. Ele informou que na manhã daquele mesmo dia entre-
129 gou o referido ofício na PBH e que seu envio também se deu por e-mail. Além disso, noti-
130 ciou que foi requisitado um momento para que as explicações necessárias fossem dadas à
131 alta administração do município por intermédio de uma videoconferência e que ele está
132 aguardando uma resposta. De imediato, ele aproveitou para pedir a autorização do pleno –
133 reforçando o compromisso de não atuar de forma isolada em respeito aos seus pares –
134 para enviar este ofício à Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Ele explicou que,
135 atualmente, o Projeto de Lei (PL) 338/2022 está sendo votado na CMBH e considera im-
136 portante e estratégico tal encaminhamento para aproveitar o “calor” das discussões neste
137 momento e a possibilidade de proposição de emendas, acreditando que dentro deste pro-
138 cesso legislativo possam aproveitar a sugestão do acréscimo dos três (3) níveis no plano
139 de carreira destes cargos. Caso seja autorizado, o envio do documento se dará a cada
140 vereador dando ciência do ofício e da importância deste assunto ser inserido no PL. Pron-
141 tamente, ele abriu para a votação o encaminhamento ou não do Ofício 18 CACS/GAB-PBH
142 à CMBH e seus respectivos vereadores. Como resultado, obteve-se unanimidade quanto
143 ao envio do ofício. A seguir, e, sobre a manutenção das reuniões do conselho em ambiente
144 virtual, o presidente pontuou que: a) no momento atual há o problema de ressurgência da
145 Pandemia de COVID-19 em BH; b) houve o retorno do uso das máscaras em locais fecha-
146 dos; c) como estratégia em prol da vacinação das crianças, ela está acontecendo nas
147 próprias escolas; d) há o recrudescimento da pandemia; e) este é o período do ano mais
148 frio com pessoas usando transporte público com janelas mais fechadas e; f) as pessoas
149 estão usando espaços confinados com mais frequência. À vista disso, ele considera não
150 ser este o momento ideal para o retorno das reuniões presenciais sendo esta uma época
151 de cautela e de manutenção da integridade física com segurança sanitária. Ele afirmou,

152 também, que fazendo uso da videoconferência o CACS fez reuniões produtivas e de quali-
153 dade, não vendo, portanto, problemas na manutenção dos encontros virtuais. Imediata-
154 mente, ele abriu a votação no *chat* se as reuniões permaneceriam no formato virtual ou se
155 retornariam ao modelo presencial. O resultado obtido foi unânime quanto à permanência
156 de forma on-line. Porém, ele esclareceu que as sessões extraordinárias técnicas – para a
157 validação das contas –, continuarão acontecendo de forma presencial na SMED, em virtude
158 de possuírem naturezas distintas. Em seguida, o Conselheiro Luiz Henrique Borges de Oli-
159 veira falou que a defesa da reunião virtual foi objetiva e clara, mas propôs que seja reava-
160 liada e rediscutida na plenária do mês de agosto, em virtude de já se ter um novo cenário
161 pós Decreto Nº 17.992, de 13 de Junho de 2022, – que dispõe sobre a utilização obrigatória
162 de máscara em ambiente fechado, até o dia 31 de julho de 2022. O presidente respondeu
163 que a proposta foi aceita e a discussão e a nova deliberação sobre o assunto se dará em
164 agosto. A Conselheira Maria Cristina da Silva tomou a palavra e avaliou ser importante,
165 caso haja a reunião presencial, que ela também permaneça no formato virtual, isto é, seja
166 híbrida, porque este modelo está sendo uma realidade em todos os âmbitos. Em resposta,
167 o presidente aceitou a sugestão dizendo que a atividade híbrida aumenta o leque de parti-
168 cipação e que, como seres sociais, somente no âmbito presencial tem-se o relacionamento
169 pessoal concretizado. Às dezenove horas e trinta e três minutos (19h33min), o Presidente
170 Marcus Vinícius Lindenberg Fróes agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
171 reunião. Para constar, eu, Vanessa Márcia da Cunha, servidora de apoio ao CACS FUN-
172 DEB/BH, redigi a presente ata.